

A CONSTRUÇÃO DO SABER

Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas

Christian Laville
Jean Dionne

Revisão técnica e adaptação da obra:

Lana Mara Siman

Professora da Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora
em Didática da História pela Université Laval.

EDITORA
UFMG

Reimpressão 2008



1999

Ciências Humanas e Sociedade

O homem pré-histórico, abordado no início do capítulo 1, divinizou o fogo antes de aprender a dominá-lo, o que lhe permitiu compreender e explicar um fenômeno para o qual não conhecia qualquer explicação lógica. Quando pintava na parede de sua caverna um animal ferido por uma flecha, acreditava exercer igualmente uma intervenção mágica que aumentaria suas chances de matar o animal. As ciências humanas nasceram com intenções semelhantes: compreender, explicar e prever. Compreender e explicar a realidade social, bem como prever seu funcionamento para eventualmente dominá-la, tais são as funções das ciências humanas.

As ciências humanas são exercidas em resposta às necessidades concretas da sociedade. Tratar-se-á, portanto, neste capítulo, do que a sociedade espera das ciências humanas, de um lado, e do que as ciências humanas fornecem à sociedade, de outro, lembrando, no percurso, as responsabilidades que isso implica para os pesquisadores. Em seguida, evocaremos alguns aspectos específicos e preocupações particulares da pesquisa nas ciências humanas que nos interessam.

A FUNÇÃO SOCIAL DO SABER

Vimos, no primeiro capítulo, que as ciências humanas surgem em sua forma moderna na segunda metade do século XIX, inspiradas no modo de construção do saber então preponderante em ciências naturais. Isso explica a metodologia que então adotam, mas não explica seu surgimento.

Se surgem nesse momento é devido a novas necessidades, problemas inéditos que causam inquietações. Esses problemas estão ligados a profundas mudanças que as sociedades ocidentais então conhecem nos planos político e econômico. A ordem anterior acha-se suficientemente modificada para que se possa qualificar tais mudanças de revolução. É, portanto, a sociedade, por intermédio de seus problemas e necessidades, que favorece o surgimento das ciências humanas.

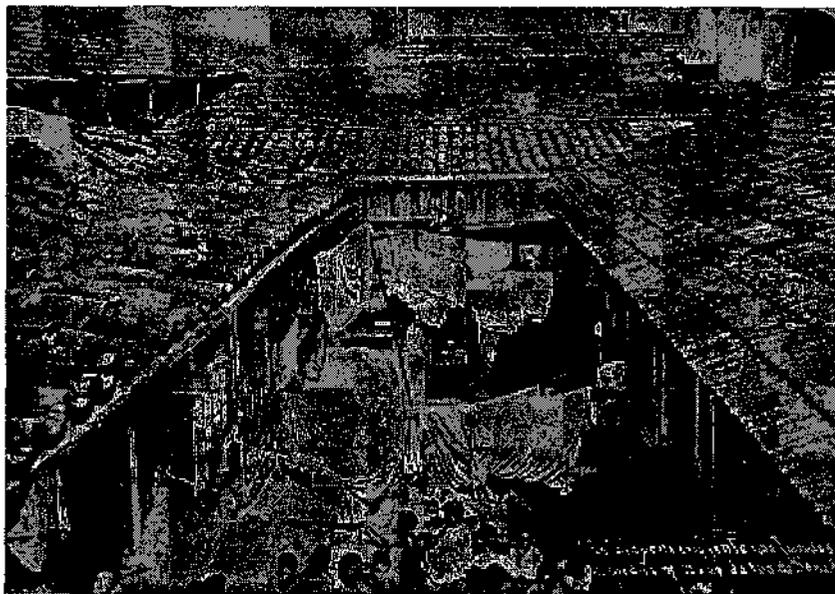
As duas revoluções

Uma dessas mudanças maiores foi a revolução industrial. Iniciada na Inglaterra, no século XVIII, alastra-se pela Europa Ocidental; no século XIX, pelo restante da Europa e pela América do Norte e mais tarde para as outras partes do mundo. A outra revolução é a que fez desaparecer as antigas monarquias perante os Estados-nações burgueses. A Revolução Americana de 1776 e, sobretudo, para o que aqui nos interessa, a Revolução Francesa de 1789 desencadeiam o movimento. A ordem há séculos estabelecida é profundamente transformada; as antigas relações sociais saem subvertidas.

A industrialização

Tomemos a revolução industrial. O modo de produção artesanal, o pequeno ateliê reunindo alguns trabalhadores cede lugar a vastas empresas onde, em um mesmo local, reúnem-se dezenas, centenas de operários, vindos de todos os lugares, trabalhando lado a lado em um quase anonimato, aplicados cada um e cada uma a uma tarefa precisa e repetitiva.

A revolução industrial conduz à urbanização, pois a manufatura e, em seguida, a fábrica necessitam de um grande número de operários. Várias cidades vêem sua população decuplicar no espaço de algumas décadas. Montreal, por exemplo, vê a sua aumentar duas vezes e meia



Estalagem existente nos fundos dos prédios nº 12 a 44 da Rua do Senado, no início do século.

durante as três últimas décadas do século XIX. No Brasil esse fenômeno aparecerá a partir da terceira década do século XX produzindo a expansão urbana desordenada, e provocando entre os anos 30-70 um aumento acelerado vertiginoso no número de habitantes nas cidades do centro-sul do país. São Paulo, por exemplo, vê sua população aumentar quase três vezes entre os anos 50 e 70.

Os ex-camponeses, agora operários, amontoam-se nos bairros miseráveis dessas cidades construídas com excessiva rapidez. Nelas, não encontram as redes de relações e de solidariedade, familiares e outras, às quais estavam habituados, e que, com frequência, constituíam sua melhor proteção contra os caprichos da sorte. De qualquer modo, os ritmos impostos pela produção industrial e pela vida urbana destroem ou transformam os antigos modos de vida e levam ao individualismo, assim como ao isolamento. Assiste-se ao nascimento de uma nova sociedade, com novas relações entre os indivíduos, muito diferentes das que existiam até então.

A democratização

Observa-se o mesmo fenômeno no plano político. Anteriormente, a ordem social sofria tão poucas transformações que parecia imutável. O lugar de cada um parecia aí determinado de uma vez por todas ou quase. No alto da escala social, as grandes linhagens aristocráticas possuíam a riqueza e os poderes político e social.

As revoluções e as mudanças políticas do século XIX subvertem essa ordem. A grande burguesia comercial e industrial toma as rédeas do estado-nação, naqueles países onde o capitalismo desenvolvera-se com maior rapidez. Este, o Estado-nação, não é mais definido em função das famílias reinantes, mas das populações de seu território. Os novos dirigentes obtêm sua legitimidade do sufrágio de suas populações. As massas ganham, desse modo, um papel político que lhes confere um imenso poder virtual.

A mobilidade social cresce seguindo o ritmo das mudanças na ordem social e econômica. Uma família de tradição camponesa pode bruscamente encontrar-se entre a classe operária de uma grande cidade. O industrial especulador chega, em alguns meses, ao topo da riqueza e do poder. A distância entre as camadas sociais torna-se, ao mesmo tempo, mais marcada e mais visível.

Alguns inquietam-se com tais mudanças e desejariam conter seus efeitos; outros, que delas tiram proveito, gostariam de propiciar que a nova ordem se estabelecesse sem confrontos. Desenvolvem-se então as ciências humanas, com o objetivo de compreender e de intervir na ordem social da mesma forma que as ciências naturais tentavam dominar a natureza. A ciência econômica, para enquadrar os princípios e a atividade de produção e de troca; a ciência política, para discernir as regras do poder, compreender seu exercício e seus modos de obtenção; a sociologia, para apreender e ordenar a crescente complexidade das relações sociais; a psicologia, para obter um conhecimento profundo dos comportamentos dos indivíduos submetidos a essas mudanças na ordem social; a geografia, para estabelecer um quadro dos territórios nacionais e de

seus recursos humanos e materiais, bem como o dos territórios estrangeiros pelos quais a nova ordem política e industrial interessa-se; a antropologia, para conhecer e compreender as novas populações que a abertura do mundo leva a encontrar; a história, para situar os povos na evolução das nações; etc. É nessa época que as ciências humanas nos dão, criando-os ou redefinindo-os, numerosos conceitos que hoje parecem indispensáveis a nossa inteligibilidade do real: industrialização, urbanização, democracia em seu sentido atual, capitalismo, ideologia, classe social, massa, proletariado, crise...

Mas é o século XX que assiste à explosão das ciências humanas. As revoluções na ordem econômica e política sucedem-se e propagam-se pelo resto do mundo. Novos fatores intervêm; fatores que aumentam a necessidade de se servir das ciências humanas para compreender e intervir: as duas guerras mundiais; as crises, tal como a dos anos 30; os confrontos ideológicos, inclusive o que opõe o socialismo ao capitalismo; o subdesenvolvimento de uma importante parte do planeta e o crescimento das desigualdades; etc.

O século XX é, sem dúvida, o século das ciências humanas. Seus especialistas trabalham nos governos, empresas públicas e privadas, no ensino e na pesquisa. Ocupam cargos de prestígio e gozam, muitas vezes, de uma importante influência. Aham-se em todo lugar onde os fatos sociais suscitam problemas que devem ser compreendidos e explicados, e que se deve gerenciar e enquadrar.

Ciências humanas e sociedade brasileira

No Brasil, é somente a partir da segunda metade deste século que as ciências humanas no seu conjunto atingirão os níveis e padrões científicos que desde o seu início já prevaleciam na Europa.

Pode-se explicar essa defasagem pela existência de dois obstáculos principais. Um primeiro, refere-se à não autonomia do pensamento científico-racional em relação à ordem patrimonial e escravocrata dominante no Brasil, durante todo o século XIX. Este contexto é marcado por uma indiferenciação dos papéis sociais em que os representantes da burocracia e profissões liberais — espaço social da atividade intelectual — também são os proprietários rurais e líderes locais. Não havia condições para o desenvolvimento independente da ciência em relação aos interesses das elites. A esse obstáculo, soma-se a resistência cultural aos fundamentos de uma concepção científica do funcionamento das instituições e da origem dos comportamentos humanos, própria do contexto dominado por valores e interesses religiosos e conservadores, dos quais o clero e os *bacharéis* (designação dos advogados e juristas que integravam a burocracia estatal) são os principais porta-vozes.

Entretanto, o pensamento social brasileiro já se insinuava nas últimas décadas do século XIX, momento em que os fatores sociais passam a ser levados em conta nos domínios do direito (Perdigão Malheiros, Joaquim Nabuco, etc.), da literatura (Sílvio Romero) e da política (Tavares Bastos e outros).

Nas primeiras décadas do século XX, com a desagregação do regime escravocrata e senhorial e com a transição para um regime de classes sociais, a reflexão sobre a sociedade brasileira adquire uma autonomia que lhe permite o desenvolvimento de padrões científicos. Neste momento surgem tanto as análises histórico-geográficas e sociográficas quanto um modelo que pretende fornecer instrumentos para a intervenção racional no processo social. A obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, ao apresentar uma descrição e uma interpretação do meio físico, dos tipos humanos e das condições de vida no Nordeste, torna-se um marco importante no pensamento das ciências humanas brasileiras. Em Alberto Torres aparecem as primeiras referências a um pensamento pragmático através de obras como *O problema nacional brasileiro, introdução a um programa de organização nacional*, e outras, motivadas pela busca de soluções para a crise decorrente da nova ordem não-escravocrata.

Nos anos 30 e 40 deste século, a evolução das ciências humanas é marcada não somente pela preocupação com a sistematização de procedimentos científicos para a análise histórico-sociológica da realidade brasileira, mas também pela introdução de novas interpretações da realidade social (inspiradas do marxismo, da antropologia e história cultural vigentes na época) destacando-se os trabalhos de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Fernando de Azevedo, entre outros. É também nesse período que se dá a contribuição de pesquisadores estrangeiros, principalmente franceses, com a introdução da pesquisa de campo. Os trabalhos de Roger Bastide, Lévi-Strauss, Jacques Lambert, Donald Pierson, entre vários outros, são registros relevantes dessa fase e tiveram forte influência na USP até os anos 50. É com esses elementos, por exemplo, que a sociologia ganha autonomia acadêmica, tendo como temática central a questão sociocultural (folclore, cultura indígena e negra, a questão racial), estreitamente vinculada à problemática do nacional. Tais temas, já presentes nos trabalhos anteriores, passam, a partir de então, a ter um tratamento científico inédito, com os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Candido, Florestan Fernandes, entre outros.

As condições políticas, sociais e culturais dos anos 50 — rápida urbanização, industrialização, populismo nacionalista, transformações na estrutura social, inclusive agrária, a presença da ação do Estado na economia —, suscitam as investigações e análises que caracterizam essa década. No Rio de Janeiro, surge o Instituto Superior de Estudos Brasileiros-ISEB (que não sobreviveria enquanto grupo à polarização política pós-64), com seus renomados representantes: Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, entre outros, e que teria peso considerável nas fases que se seguiram pelo número e alcance das análises empreendidas.

Os anos 60 põem em destaque, no campo das ciências humanas, a terceira geração da escola sociológica paulista, destacando-se, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Marialice Foracchi. É também nessa década, e sob o impacto da instalação, no país, do governo militar autoritário, que se inicia uma releitura intelectual de *O capital*, de Marx, à luz, sobretudo, das contribuições de

Gramisc. Ao final da década, a chamada Teoria da Dependência teve ampla repercussão em quase todas as áreas das ciências humanas na América Latina, através de estudos que focalizavam as relações de dependência econômica e cultural entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, principalmente. Da sociologia francesa ao marxismo, o grupo de São Paulo desenvolveu um saber que se pretendia socialmente relevante e difundiu a idéia de um papel que teriam as ciências sociais como redentoras das desigualdades. O engajamento de cientistas de diferentes áreas das ciências humanas decorre, assim, da função social que estes se atribuem num contexto nacional de crescimento econômico, acompanhado de grande concentração de renda e aguçamento das desigualdades sociais e desníveis regionais. A aposentadoria compulsória, a censura de obras ou o exílio de muitos acadêmicos na primeira metade dos anos 70 é fato marcante.

Os anos 70 trazem paradoxalmente o que se chamou de *modernização* da sociedade brasileira, num contexto de consolidação do capitalismo avançado, quando o panorama cultural da sociedade brasileira se altera, registrando-se uma expansão inédita da indústria cultural. Paralelamente são abertas novas oportunidades de trabalho para sociólogos e outros profissionais das ciências humanas cujo número se multiplica em fundações de pesquisa, órgãos de Estado e empresas privadas (indústria cultural, publicidade). As profundas transformações pelas quais passava a sociedade naquele momento geravam a diversificação das questões a serem compreendidas, administradas e a conseqüente demanda de novos profissionais no mercado.

Esse fato vai trazer, desde então e até nossos dias, uma mudança do eixo das polêmicas entre esses cientistas, que saem dos círculos estritamente acadêmicos — onde vigorava a concepção de um saber social universal e crítico — e passam a incluir as atividades de planejamento governamental e privado onde é realçado o aspecto de sua utilidade para o enfrentamento de problemas sociais diversos. Também integram esse quadro as pesquisas e sondagens de opinião, que contribuem na formulação de estratégias de ação para as mais diferentes instituições, numa sociedade que se tornou muito mais complexa.

Atualmente, num contexto de novas transformações da sociedade brasileira — consolidação de uma democracia participativa, internacionalização da produção e do mercado de bens materiais e culturais —, tem-se assistido a um abandono das explicações predominantemente estruturais dos problemas sociais, em prol de uma multiplicidade de abordagens metodológicas visando a captar o real social, sob o ângulo da diversidade cultural. Assinala-se, igualmente, uma ampliação de territórios de cada um dos campos das ciências humanas, desfazendo-se linhas de fronteiras até então existentes.

CIÊNCIAS HUMANAS E RESPONSABILIDADE

À medida que as ciências humanas desenvolvem-se e que seus especialistas multiplicam-se, elas adquirem uma grande influência sobre a sociedade em seu conjunto, assim como sobre seus indivíduos.

Para saber mais pode-se ler, dentre outros: ORTIZ, Renato. Notas sobre as Ciências Sociais, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: n. 27, p.163-175, jul/1990. MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, p.5-26, out/1987. FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história; Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508p.

Industrialização e ciências humanas: uma ilustração

Florestan Fernandes, professor da Universidade de São Paulo e figura proeminente na constituição e consolidação da sociologia como disciplina, de acordo com os cânones do método científico, registra, em artigo datado de 1956, intitulado "Ciência e sociedade na evolução social do Brasil", reflexões sobre a articulação entre o clima propício ao pensamento científico e à expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo:

É neste período de mudança estrutural, na transição para o século XX e no decorrer de sua primeira metade, que se elabora, na sociedade brasileira, um clima de vida intelectual que possui pontos de contato e certas similaridades reais com o desenvolvimento do saber racional na Europa. [...] A presente situação se caracteriza pelo crescimento rápido do sistema institucional, que geralmente apóia as atividades intelectuais nas sociedades industriais modernas, e pela importância que o pensamento racional está começando a adquirir tanto na esfera da reflexão e da investigação, quanto na da educação e da ação.

[...]se tomássemos como ponto de referência uma cidade em processo adiantado de industrialização, (tendo-se em vista a situação brasileira), como a cidade de São Paulo, poderíamos constatar que uma nova mentalidade está em formação. Essa mentalidade é modelada pelo concurso de diversos fatores, que tendem a expor técnicas racionais de intervenção nos problemas da cidade (no plano dos serviços públicos, no das construções e da engenharia, no da medicina, etc.), toda espécie de conhecimento racional (acessível ou não ao entendimento médio) e, especialmente, a investigação científica (com suas possibilidades de aplicação), a critérios novos de apreciação axiológica. O irracional continua a possuir, sem dúvida, grande importância na vida cotidiana dos indivíduos. A magia de origem folclórica continua a existir e a ser praticada, crenças religiosas ou mágico-religiosas, que apelam para o misticismo ou para valores exóticos, encontram campo propício para desenvolvimento graças às inseguranças subjetivas, desencadeadas pelas incertezas morais e fricções sociais do mundo urbano. Mas no fundo, a civilização que se vincula a esse mundo é, por necessidades internas, a civilização por excelência da tecnologia racional, da ciência e do pensamento racional. [...]

Nas condições de existência de uma cidade como São Paulo, o recurso ao pensamento racional e à investigação científica surge de necessidades reais e, às vezes, prementes. Por isso o sistema institucional se altera, para dar ao pensamento racional e à investigação científica uma posição dominante. Na medida em que isso ocorre, ambos vão deixando de ser um mero produto da civilização da grande cidade, para se transformar em fatores dinâmicos de sua integração e de sua evolução culturais. [...]

Dada a vinculação do pensamento racional e da ciência com o desenvolvimento das grandes cidades e com a expansão de suas funções metropolitanas, é de supor-se que a ciência encontra, na sociedade brasileira atual, condições estruturais e institucionais que permitirão a sua utilização como forma de consciência, de explicação e de solução dos múltiplos problemas com que o homem se defronta em um país tropical e subdesenvolvido.

FERNANDES, Florestan. *Ciência e sociedade na evolução social do Brasil*, in: *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 21-24, passim.

A influência das ciências humanas

De fato, as sociedades de hoje são, em boa parte, o reflexo de proposições vindas de especialistas das ciências humanas. Eis alguns exemplos nos domínios da vida econômica, da psicologia aplicada à educação, da história.

Sobre o plano econômico, nosso mundo — e não apenas o mundo ocidental — encontra-se dividido em tendências inspiradas no pensamento econômico. Entre elas, dirigentes fizeram e continuam fazendo escolhas que regem a vida de milhões e milhões de seres humanos. Em países como o Canadá, Brasil e outros, no centro das escolhas possíveis

Essa corrente também é chamada *economia clássica*. Persiste, ainda hoje, sob uma versão nomeada *neoclássica* ou *neoliberal*. Foi a doutrina oficial dos Estados Unidos nos anos 80, e o economista Milton Friedman é um de seus defensores mais conhecidos, especialmente quanto aos aspectos que se referem à política monetária.

existe a da maior ou menor intervenção do estado na economia. O pensamento econômico que acompanhou o desenvolvimento das ciências humanas no século XIX era o chamado *laissez-faire* ou *liberalismo econômico*. Supõe-se, portanto, que a economia é regida por forças naturais — as leis do mercado, da oferta e da procura, da concorrência, do proveito —, que se deve deixar agir livremente. Desse livre jogo das forças econômicas viriam a prosperidade dos empreendedores e o bem-estar da maioria. É que, segundo tais princípios, esse sistema econômico desenvolveu-se — mas não sem encontrar dificuldades que as crises tornam mais visíveis —, começando pelo crescimento das desigualdades entre ricos e pobres, e a insegurança reservada aos mais fracos.

Essas dificuldades do sistema fizeram-se sentir, sobretudo, durante a crise dos anos 30, e um economista britânico, John Maynard Keynes, propôs que o estado interviesse ainda mais, para corrigir os defeitos do sistema e, assim, ajudá-lo a se manter. Foi a origem de medidas compensatórias que são agora correntes, como a redistribuição fiscal e o seguro-desemprego.

Hoje ainda, em muitos outros Estados do planeta, as orientações governamentais consistem, em grande parte, na escolha entre estes dois pólos: uma maior ou menor intervenção do Estado na economia.

Em outros lugares, ao liberalismo econômico preferiu-se o socialismo marxista, um sistema no qual o Estado encarrega-se, de modo direto, do funcionamento da vida econômica. Aqui também, trata-se de uma escolha baseada em proposições provenientes das ciências humanas, especialmente dos princípios de economia política de Karl Marx.

Tomemos um outro exemplo, desta vez no domínio da educação. As escolhas que aí são feitas são particularmente repletas de consequências, pois a educação é o principal instrumento do qual as sociedades se servem para se manter e se reproduzir.

Entre os principais modelos educativos que se oferecem à nossa sociedade, há os que se inspiram nas teorias dos psicólogos Burrhus Frederic Skinner e Jean Piaget. Brevemente (e simplificando um pouco), o primeiro estima que a operação de aprendizagem consiste sobretudo em fazer conhecer, e o segundo, sobretudo em fazer compreender. Segundo Skinner, trata-se, para o educador, de decidir, em primeiro lugar, o modo de ensinar; depois de decompô-lo em pequenas unidades de aprendizagem e, para cada uma, de conduzir os alunos do ponto A, do não-conhecimento, ao ponto B, do conhecimento desejado; quando este é adquirido, passa-se a um outro. Para Piaget, trata-se, primeiramente, de saber como funciona a mente humana que aprende, ou seja, de conhecer as operações que se efetuam na cabeça de quem constrói saber; em seguida, de tornar os alunos capazes de efetuarem essas operações fazendo-os praticar. O saber empregado para esse fim é acessório em relação à operação efetuada.

Portanto, para os que se inspiram em Skinner, a aprendizagem está terminada quando o aluno prova que adquiriu o saber desejado, e, para os que se inspiram em Piaget, esta termina quando o aluno manifesta sua capacidade de efetuar as operações necessárias para adquirir o saber.

Imagina-se, facilmente, o quanto as pessoas formadas segundo uma ou outra dessas teorias correm o risco de ser diferentes em seu saber e

capacidades, e no que isso pode implicar quanto ao tipo de sociedade que formarão. São, no entanto, as principais escolhas oferecidas pelas ciências humanas, e é isso que uma sociedade como a nossa efetivamente considera.

Tais escolhas não são, habitualmente, feitas às cegas, pois agora sabe-se a influência que as ciências humanas podem ter sobre as sociedades. Em geral, são feitas com intenções precisas. Ilustremo-nas com um último exemplo, tomado, desta vez, na história.

Sabe-se o quanto a história tem um importante papel para sugerir aos indivíduos, às sociedades, sua identidade. Os poderes públicos sabem-no melhor que ninguém, e a atualidade freqüentemente o testemunha. Desse modo, aqui está nosso exemplo: os que seguem a atualidade puderam constatar que uma das primeiras decisões tomadas pelos ex-países do leste, após o abandono do comunismo, foi a de reescrever a história; e até, como na Rússia, de suspender completamente seu ensino nas escolas, durante um ano ou dois, enquanto os novos programas e manuais eram esperados. É que se havia decidido inculcar nos cidadãos uma diferente visão do mundo, da sociedade, da nação. Tais medidas não são excepcionais. Assim, após a Segunda Guerra Mundial, a primeira decisão do general encarregado das forças de ocupação em Berlim havia sido a de suspender o ensino de história, para fazer contrapeso aos manuais da época de Hitler. Igualmente, nos anos 60, nos países recém-descolonizados, apressava-se a reescrita da história por seus próprios historiadores (e também a redefinição de sua cultura específica com o auxílio de antropólogos nativos).

Esses exemplos, retirados de três domínios diferentes, mostram o quanto as ciências humanas adquiriram uma precisa influência em nossas sociedades e podem inspirar decisões que nos tocam a todos.

As pesquisas de opinião me influenciam...

Entre as ilustrações habituais sobre a influência das ciências humanas, há as pesquisas de opinião (que estão provavelmente entre os frutos mais visíveis da pesquisa). Ouve-se, às vezes, falar que certos políticos governam por pesquisas de opinião... Quanto às pesquisas eleitorais, disseram que determinam os governos. Alguns desconfiam que dirigem cegamente os indecisos, favorecem mais o voto espontâneo que o pensado, em resumo, que perturbam o processo democrático. De fato, inquieta-se o bastante para tomar, em alguns casos, medidas destinadas a conter sua influência. Desse modo, no Canadá, quando das eleições nacionais, a publicação de pesquisas eleitorais é proibida entre a meia-noite da sexta-feira precedente à eleição e o fechamento das mesas de escrutínio; na França, sete dias antes; na Bélgica, 30.

Não se conhece exatamente a influência das pesquisas de opinião, mas é certo que possuem alguma. A carta de leitor abaixo, enviada ao jornal canadense *Le Soleil*, durante a campanha eleitoral de 1994, serve de testemunho.

Segundo as recentes pesquisas, é evidente que uma forte percentagem da população quebequense deseja um novo governo. Segundo essas mesmas pesquisas, fica claro que mais da metade dos quebequenses são contrários à idéia de um Quebec independente, conseqüentemente também se opõem, em princípio, ao objetivo primeiro do Partido Quebequense e a seu programa.

À pergunta "As pesquisas o influenciam?", respondo "sim" sem hesitação. E, assim, para ser lógico e estar de acordo com as profundas aspirações da maioria dos quebequenses, voto pelo... [O leitor, em seguida, revela sua escolha].

Você, para quem a mídia, com freqüência, apresenta pesquisas de opinião, é por elas influenciado?

Influência e responsabilidade

À medida que as ciências humanas tenham se tornado influentes em nossas sociedades e que sua influência comporta importantes embates impõem-se responsabilidades que os pesquisadores devem ter sempre presentes.

Com efeito, antes de influenciar a sociedade com suas pesquisas, o pesquisador é ele mesmo por elas influenciado. Vive cercado pelos interesses, pontos de vista, ideologias que animam a sociedade. Tem seus próprios interesses, pontos de vista e ideologias, como todo mundo, preocupações com emprego e carreira; espera o reconhecimento social e do meio científico; também possui necessidades particulares, financiamentos para suas pesquisas, por exemplo.

É na conjunção desses fatores sociais e de sua personalidade que o cientista pratica seu ofício e assume suas responsabilidades sociais. Parece, por vezes, ir contra a corrente das tendências sociais dominantes. Em outros momentos, contribui para sua alimentação e até para sua justificativa. A história das ciências humanas está repleta de tais contribuições e justificações. Através delas, vêem-se as tendências e os interesses de uma época, e, também, a função social e as responsabilidades dos pesquisadores. Tomemos alguns exemplos.

Um primeiro, em sociologia. As ciências humanas surgem, no século XIX, em pleno período colonial, no momento em que as potências ocidentais dividem o mundo; um mundo habitado, cujas populações devem ser dominadas. Numerosos sociólogos e antropólogos contribuíram então para justificar a colonização; uns mostrando que esta é um bem para os colonizados, outros explicando que o estado de inferioridade dos nativos a justifica plenamente. Assim, o sociólogo Lévy-Brulh explicava, por volta de 1900, que as sociedades primitivas, por se basearem no mito, não poderiam ser sociedades lógicas como as ocidentais, e que eram, portanto, inferiores.

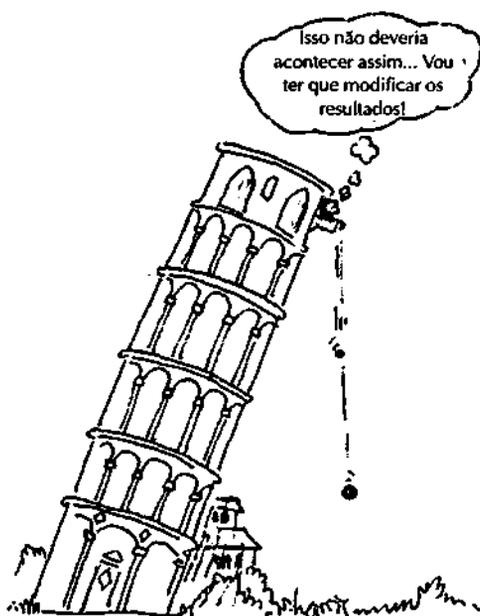
Por outro lado, as ciências humanas, especialmente a psicologia, contribuíram, muitas vezes, no estabelecimento de distinções entre os seres humanos, em particular, em termos de inferioridade e superioridade. Desse modo, Francis Galton, o pai da eugenia, doutrina da seleção dos melhores e da eliminação dos demais, explicava, no início do século, que a inteligência era hereditária, transmitia-se mais entre os ricos do que os pobres, e que se devia, portanto, frear a reprodução dos pobres para manter o nível intelectual da nação. Ou, então, outro exemplo mais recente e bem conhecido, o do psicólogo Cyril Burt. Este, igualmente querendo demonstrar que a inteligência é inata e não adquirida, e, portanto, que as desigualdades justificam-se, uma vez que dependem do patrimônio genético, chegava a forjar (inventar mesmo) os dados de suas pesquisas sobre os casais de gêmeos idênticos dos quais pretendia medir o coeficiente intelectual.

Justificações semelhantes, feitas por geógrafos, economistas, historiadores, etc., foram, às vezes, utilizadas para outros fins que não os desejados por seus autores, provocando conseqüências muito sérias. Pensemos, por exemplo, que o geógrafo Friedrich Ratzel já tinha desaparecido há quase meio século, quando Hitler fez uso de sua teoria do *Lebens-*

No que concerne às responsabilidades, os pesquisadores em ciências humanas e em ciências naturais não se encontram em diferentes situações. Mas os primeiros, trabalhando diretamente com problemas sociais, podem sentir ainda mais o peso das responsabilidades. Ambos, no entanto, não podem controlar inteiramente o que resultará de suas pesquisas.

raum (o espaço vital) para justificar a invasão dos países limítrofes à Alemanha.

Evidentemente, os especialistas das ciências humanas tornaram-se desconfiados em relação ao uso que se pode fazer de suas pesquisas, preocupados com suas responsabilidades de pesquisadores, sobretudo quando antecipam abusos dos poderes superiores, como foi o caso, nos anos 60, com o projeto Camelot — outra ilustração bem conhecida das relações entre os pesquisadores e a sociedade. Nesse projeto, o ministério americano da Defesa começou a oferecer generosas subvenções de pesquisa aos pesquisadores que desejassem estudar os riscos da revolução social em um país (não identificado) e os meios pelos quais um governo poderia prevê-los. Alguns pesquisadores perceberam rapidamente que a questão não era apenas teórica e que o tal país poderia bem ser o Chile, ou qualquer outro país da América Latina. Reagiram vivamente a um eventual uso de suas pesquisas, e o projeto foi abandonado em meio ao escândalo. Esse episódio mostra bem o quanto as responsabilidades do pesquisador aumentam, na medida em que os homens de poder conscientizam-se da influência das ciências humanas e do proveito que delas pode-se obter.



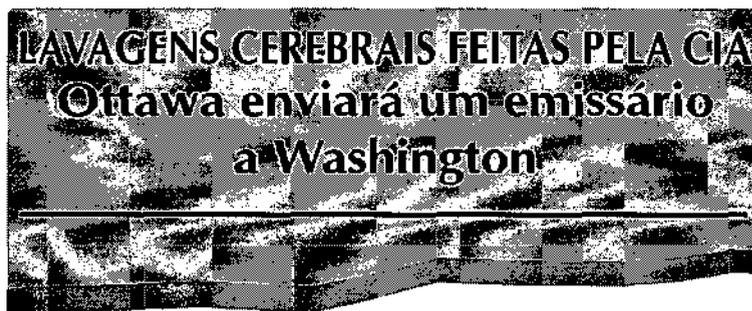
O desenhista americano Jules Feiffer fez esses desenhos em plena guerra fria

Ciências naturais e sociedade

Não se deveria pensar que as ciências humanas, em decorrência do seu objeto de estudo, são as únicas sujeitas a influências ideológicas. As ciências naturais também o são. Lembremo-nos de um caso clássico: o caso Galileu. Se as autoridades do século XVII se recusavam a reconhecer que é a Terra que gira em torno do Sol, e não o contrário, não era por razões estritamente científicas: toda a ordem social da época era então questionada, ordem que colocava a Igreja no centro, os seres e as coisas gravitando ao seu redor.

Entre os numerosos exemplos que poderiam ser utilizados para ilustrar o jogo das ideologias na pesquisa em ciências naturais, escolhamos um particularmente interessante, em paleontologia. A paleontologia estuda as espécies desaparecidas, com freqüência, depois de milhares de anos, através dos fósseis que deixaram. Poder-se-ia crer que o estudo dos fósseis não possibilita grandes embates ideológicos. No entanto, escolas de paleontólogos opõem-se em suas interpretações. De um lado, há os que estimam que as espécies transformaram-se pela lenta e progressiva evolução; de outro, os que pensam, ao contrário, que elas mudaram bruscamente, por rupturas. Essa diferença de interpretação não é pois sem um caráter ideológico, e daí podem-se ver projeções da ordem social esperada: de uma parte, uma visão conservadora, propondo que as sociedades devem evoluir progressivamente, adaptando-se; de outro, uma visão mais socialista, segundo a qual, para passar a uma melhor ordem social, as sociedades devem abolir o antigo. Assim, assinala-se mesmo para os fósseis uma idéia de evolução por transformação progressiva, e outra por substituições ou desaparecimentos por mudanças bruscas.

Responsabilidade e indivíduos



Tradução de título de artigo, publicado em La Presse, 22 de dezembro de 1985.

No Brasil, a tortura a presos políticos na época do regime militar foi uma prática institucionalizada. Obedeceu a critérios, decorreu de planos e verbas e exigiu organização de uma infra-estrutura: locais adequados, instrumentos de suplício e a participação de médicos e enfermeiros que "assessoravam" o trabalho dos algozes. O que é testemunhado por inúmeras vítimas, e discutido em seminários pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

Leia-se a esse respeito BRANCA, Eloya (org.). *Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.175p.

O texto ao lado e a manchete acima lembram que, se as ciências humanas têm responsabilidades para com as sociedades em seu conjunto, também possuem para com os indivíduos que compõem tais sociedades. Na manchete aqui reproduzida, faz-se alusão às experiências realizadas pela CIA com pacientes de hospitais de Montreal, e isso, sem que esses soubessem. As experiências consistiam na administração de drogas, LSD, entre outras, tendo vários pacientes ficado com graves seqüelas.

Após a Segunda Guerra Mundial, várias pesquisas em ciências humanas alertaram os pesquisadores quanto a suas responsabilidades perante os indivíduos e aos problemas éticos que podem suscitar. Algumas pesquisas particularmente contribuíram para a discussão do problema. Evoquemos duas das quais muito se falou nos meios de pesquisa em ciências humanas.

Primeiramente, a conhecida com o nome de experiência de Milgram. O problema de pesquisa de Stanley Milgram surgiu a partir dos atos dos criminosos de guerra nazistas que, quando julgados após a guerra pelo tribunal de Nuremberg, eram numerosos a se defender dizendo que apenas obedeciam às ordens de seus superiores. Milgram, assim como outros, surpreendia-se ao ver tantas pessoas, aparentemente racionais e lúcidas, serem, no entanto, incapazes de resistir a ordens indefensáveis.

Em seu laboratório, convida, portanto, pessoas comuns, todos voluntários, a se submeterem a uma experiência. Ele lhes diz que se trata de uma experiência sobre a aprendizagem. De um lado de uma divisória de vidro, coloca o voluntário acompanhado de um pesquisador e, de outro, um estudante. Este último está preso em uma poltrona com eletrodos fixados em seus punhos. O voluntário tem, diante de si, comandos para dar choques elétricos que variam de "fraco" a "muito perigoso". A experiência consiste, para o voluntário, em fazer perguntas ao estudante e, caso este as responda mal, em lhe dar um choque elétrico. O pesquisador que acompanha o voluntário incita-o a dar choques cada vez mais fortes, até o nível "muito perigoso". Na realidade, tudo é fictício: não há qualquer choque elétrico, e o suposto estudante é um ator que grita com os falsos choques e simula uma intensa dor. O objetivo dessa experiência era verificar a partir de que momento o voluntário recusaria-se a obedecer a ordens irracionais.

Passemos aos resultados obtidos. O que aqui nos interessa é ver como os seres humanos podem ser manipulados por um pesquisador. Nesse caso, o objetivo da pesquisa, o problema considerado, pode parecer perfeitamente legítimo, mas pode-se sustentar que o fim justifica os meios?

Uma outra pesquisa interessou-se pelo que se chamou o efeito *Pigmalião* (fazendo referência a uma peça de teatro de George Bernard Shaw, na qual uma pequena florista é transformada em dama da sociedade pelo homem que a corteja). Tratava-se de ver a que ponto as expectativas de alguém poderiam influenciar seus comportamentos e os das outras pessoas. Para esse fim, informou-se aos professores de uma escola que poderiam esperar que alguns, entre seus futuros alunos, cujos nomes eram fornecidos, teriam particularmente bom desempenho, segundo os testes aos quais haviam sido submetidos. Ora, os alunos haviam sido escolhidos ao acaso, e os testes em questão eram pura farsa. Resta que os professores, que ignoravam essas circunstâncias, comportaram-se de tal modo durante o ano escolar que, no final, os alunos indicados, cujos desempenhos haviam sido antecipados, obtiveram efetivamente aprovação. Mas pouco importam os resultados. O exemplo ilustra novamente a manipulação de indivíduos, os alunos e os professores, nesse caso, e os riscos que isso os faz correr (começando, é claro, pelos alunos não escolhidos).

Hoje são raras as pesquisas em ciências humanas que podem atingir a integridade dos indivíduos. Os poderes públicos e os próprios pesquisadores impuseram-se regras para evitá-las. Assim, por exemplo, os grandes organismos públicos de subvenção à pesquisa esperam, se pessoas são requisitadas para a pesquisa, que os pesquisadores expliquem, em seus pedidos de subvenção, quais medidas serão tomadas para que a integridade das pessoas solicitadas seja respeitada.

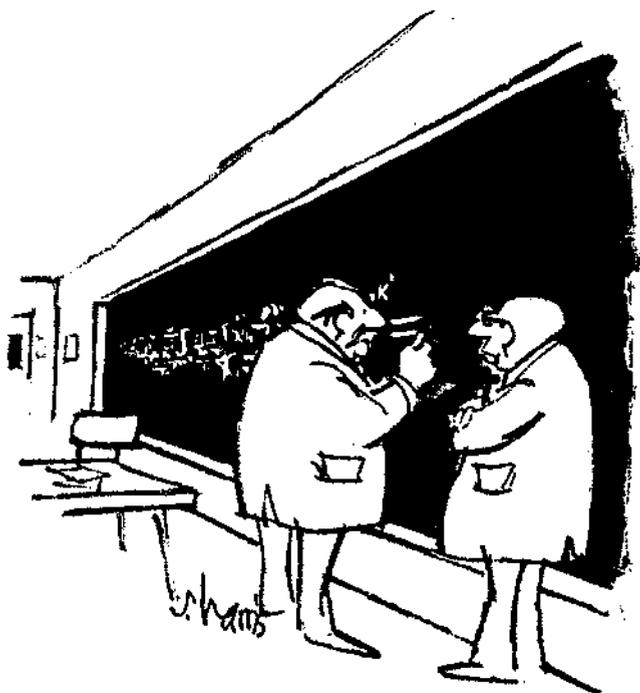
Desejando-se saber mais sobre essa pesquisa, pode-se ler MILGRAM, Stanley. *Obediencia a la autoridad, un punto de vista experimental*. Bilbao: Brower, 1980.

Para saber mais sobre essa pesquisa, pode-se ler ROSENTHAL, Robert e JACOBSON, Leonore. *Pygmalion à l'école*. Toumai: Casterman, 1971.

Quanto aos organismos ou associações que reúnem os pesquisadores por áreas específicas das ciências humanas, vários são dotados de um código ético relativo ao emprego de seres humanos nas pesquisas. O respeito a esse código se dá sem maiores dificuldades, uma vez que as regras nele contidas se referem à honestidade e ao respeito habituais devidos às pessoas: consentimento dos participantes (dos pais, caso sejam crianças); informações suficientes quanto ao objeto da pesquisa e suas implicações, sobretudo se há riscos físicos ou psicológicos; franqueza e lealdade; respeito do anonimato, se for o caso; autorização dos participantes para a utilização dos dados recolhidos com um fim não previsto.

O QUE PROCURAM AS CIÊNCIAS HUMANAS?

Não existe uma definição única, reconhecida por todos, das ciências humanas. Poder-se-ia dizer que se distinguem das ciências naturais pelo fato de tratarem de seres humanos, embora a biologia e a medicina também estudem os seres humanos. Por outro lado, algumas ciências humanas interessam-se por fenômenos naturais: é o caso da geografia quando trata da geografia física. As ciências humanas estudariam então os seres



“Por outro lado, meu sentido de responsabilidade em relação à sociedade me leva a parar aqui.”

humanos sob o ângulo de sua vida em sociedade? Ter-se-ia assim o equivalente do que muitos, especialmente os anglo-saxões, preferem nomear ciências sociais. Mas a psicologia, que gosta de estudar o ser humano em um plano individual, iria af sentir-se pouco à vontade — a menos que fizesse, mais uma vez, como os anglófonos da América do Norte e falasse das ciências sociais e do comportamento, ou, simplesmente, como alguns dentre eles já o fazem, das ciências do comportamento. Na realidade, tais definições são questão de cultura, de tradição, de experiência, de história.

De qualquer modo, as divisões feitas entre as disciplinas reunidas sob o rótulo “ciências humanas” estão longe de serem fixas (não mais que em ciências naturais, aliás). Em seu nascimento, essas disciplinas visaram a se distinguir umas das outras, em reservar, para si, um aspecto específico dos fenômenos humanos a serem estudados. Depois, evoluíram de dois modos que ainda coexistem, apesar de sua aparente contradição. Viu-se, de um lado, um corte cada vez mais detalhado de seu objeto específico, levando ao desenvolvimento de novos e, por vezes, muito distintos campos disciplinares. Assim, a demografia — que estuda populações sob o ângulo quantitativo — surge da geografia, a sexologia da psicologia, etc., a ponto de hoje se encontrar, ao lado das ciências humanas clássicas, numerosos campos disciplinares que delas derivam e que gozam, em seu respectivo domínio, de uma apreciável autonomia. Ilustremos nossa proposição: você sabia que o pesquisador que pede auxílio a um organismo subvencionário, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo, deve escolher entre mais de cem subcategorias das ciências humanas para situar sua pesquisa?

Mas, por outro lado, as ciências humanas perceberam, com rapidez, que dificilmente podiam passar umas pelas outras na abordagem dos fenômenos humanos em sua complexidade e daí tirar conhecimentos suficientes. Durante as últimas décadas, aproximaram-se adotando diferentes práticas de pesquisa interdisciplinares: emprestando-se perspectivas particulares e conceitos específicos; associando-se na abordagem de um mesmo problema de pesquisa; integrando-se em novos campos de aplicação, correndo, por vezes, o risco de mascarar sua própria identidade, como é o caso nas relações industriais, em educação, em criminologia, em planejamento e, inclusive, sob certos aspectos, em ecologia, em gerontologia, etc.

Nesta última parte do capítulo, não consideraremos as múltiplas variantes das principais disciplinas que formam as ciências humanas. Mas expondo — brevemente — sua natureza e seus objetos particulares de pesquisa, indicaremos, a cada instante, o quanto tendem, ao mesmo tempo, a se distinguir na diversidade e a se assemelhar na multidisciplinaridade.

História e geografia

A história e a geografia têm de singular o fato de terem se desenvolvido, em sua forma moderna, como disciplinas didáticas, ou seja, destinadas a ensinar (em meio escolar, especialmente), antes de terem se tornado as

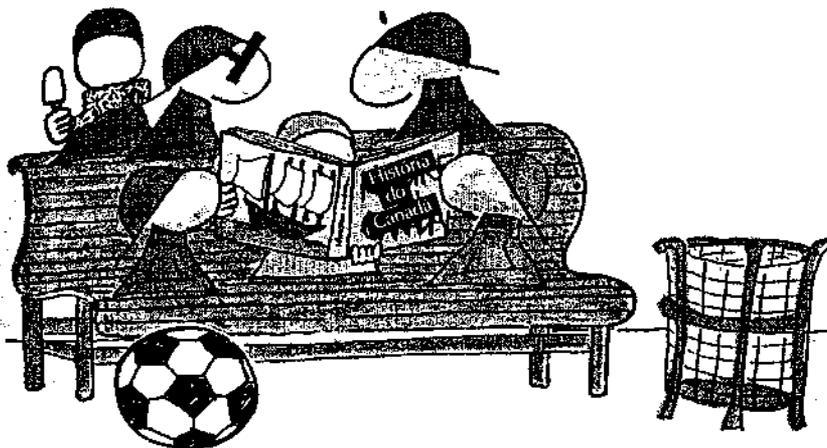
disciplinas científicas que conhecemos. As versões didáticas da história e da geografia precederam suas versões científicas.

Lembremos dos fatos. Na segunda parte do século XIX, a idéia de Estado-nação baseada em um povo titular da soberania nacional, em um determinado território, substitui a visão monárquica do estado. Nesse contexto, a história e a geografia tornam-se instrumentos para cultivar o sentimento de identidade dos povos, seja em função do passado que prefigura o presente, quanto à história, seja em função do território nacional, para a geografia.

A *história*, mesmo apelando à história erudita para apoiá-la, desenvolve-se no início com espírito didático. Pode-se vê-lo, por exemplo, nos primeiros conhecimentos produzidos a respeito da história nacional do Brasil que, como para a maior parte dos países ocidentais à época do advento do Estado-nação ao longo do século XIX, necessitam promover, através da história, a idéia da unidade nacional e os sentimentos de identidade necessários a sua manutenção. No Brasil, por exemplo, Adolfo Varnhagen elabora, a pedido do imperador Pedro II, um conjunto articulado de interpretações do passado, onde a identidade histórica da nação brasileira se expressa não somente através da idéia de integração territorial e do prolongamento da obra civilizadora do colonizador europeu, como também através da idéia de amálgama não conflitual das três raças — negros, indígenas e brancos —, lançando assim os pilares onde se assentará o mito da democracia racial brasileira.

O mesmo espírito didático pode-se vê-lo também na *História do Canadá* que François-Xavier Garneau, considerado o primeiro historiador moderno do Canadá francês, publica pela metade do século: sua obra teria sido preparada em resposta ao Relatório Durham que, após a

Será que a gente podia
ver logo como isso
termina?



Rebelião de 1837-38, afirmava que os canadenses franceses eram um povo sem cultura e sem história. Garneau quis mostrar que não era nada disso.

A história científica desenvolve-se, como as demais ciências humanas na época, segundo os princípios do positivismo. Trata-se de construir um relato objetivo do passado. Para fazer isso, os historiadores acreditam ser somente necessário recolher todos os traços do passado, sobretudo documentos escritos, depois assegurar-se de sua fidelidade — daí regras elaboradas ditas de *crítica externa* e de *crítica interna*, o que alguns chamaram *método histórico* — antes de encadeá-los em uma sucessão de causas e de conseqüências para que fosse estabelecido, de uma vez por todas, o “verdadeiro” relato do caminho que conduz do passado ao presente e que explica esse presente, isto é, mostra como se chegou a um estágio dito superior. Uma tal história está centrada no nascimento das nações e nos “grandes homens” que as marcaram: uma história, antes de tudo, política, militar e constitucional.

Mas durante nosso século, a história abandona progressivamente a perspectiva positivista. Explodirá no encontro com as outras ciências sociais, sobretudo a economia e a sociologia; em seguida, mais recentemente, a antropologia, multiplicando seus interesses e suas abordagens. Todos os aspectos da vida do ser humano, a partir de então, interessam-na: como assegurar seu bem-estar, as representações que se faz da vida e da morte, a discriminação das mulheres, a acolhida aos estrangeiros, os modos de educar as crianças... Como dizia um historiador francês nos anos 20: para o historiador, nada do que é humano lhe é estranho.

O historiador procura abordar essas matérias, ainda que tão diferentes, com um espírito de *globalidade*, para encontrar o conjunto dos fatores que as animam e as relações existentes entre elas.

Não se trata mais de simplesmente contar o passado, mas de procurar nele a compreensão do presente, a *explicação de problemas do presente*. Pois, “levantar um problema, como explicava o historiador Lucien Febvre, nos anos 50, é precisamente o início e o fim de qualquer história. Sem problema, sem história”. Trata-se, igualmente, de procurar explicações que não se baseiam mais na simples causalidade e linearidade dos positivistas, mas na *multicausalidade*, essa inter-relação de fatores de peso variável. Por outro lado, os historiadores habituaram-se a distinguir esses fatores conforme sua duração relativa. Atribuem, em geral, uma baixa capacidade explicativa a acontecimentos pontuais, os que fazem a atualidade, ainda que esses acontecimentos possam ter um efeito desencadeador ou ser reveladores de tendências mais profundas. Assim funcionam as *conjunturas*, esses conjuntos de fatores que se conjugam para dar a um período uma determinada característica, a Revolução de 30, por exemplo. E ainda mais, os fatos de *estrutura*, fatos duráveis cujas mudanças são lentas e quase imperceptíveis, tais como o nacionalismo entre os quebequenses francófonos ou as condições geográficas de um povoamento, que pouco se salientam, embora marquem profundamente os fenômenos humanos. É a partir desses diferentes registros da duração que os historiadores procuram elaborar suas explicações.

Assinala-se, no Brasil, a partir dos anos 70, uma ampliação da área de interesse do historiador e um questionamento dos métodos de abordagens tradicionais associados às profundas mudanças que afetaram a socie-

Crítica externa:
a da origem do texto.
Crítica interna:
a do conteúdo.

dade brasileira, a qual colocava, no cenário das lutas políticas e sociais, novos atores, através do que se denomina de movimentos sociais. A abordagem sociocultural da história, sob a influência das renovações historiográficas internacionais — sobretudo francesas e inglesas — favorecem uma ruptura com o reducionismo economista e a separação artificial entre infra e superestrutura herdadas de um tipo de leitura do marxismo.

É provável que seja essa vontade de se interessar por todos os aspectos do social em uma perspectiva global — a fim de explicar, durante o momento, os problemas do presente — o que melhor defina a pesquisa histórica hoje.

A *geografia* conheceu uma revolução semelhante. Também contribuiu, com sua forma didática, para o desenvolvimento do Estado-nação. Ensinava aos cidadãos os limites e as belezas do país, seus recursos humanos e materiais; propunha o sentimento de que se fazia parte do território nacional. Era uma geografia essencialmente fatural e descritiva.

A geografia científica igualmente o era. Produzia intermináveis nomenclaturas e descrições de territórios, de seus recursos, de suas particularidades; territórios nacionais, mas também de todo o planeta, pois, não esqueçamos, no século XIX, na África, na Ásia e até na América, as *terras incógnitas* ainda são numerosas. O movimento de colonização que mobiliza então o Ocidente conduz os geógrafos nessas direções, mas são sobretudo geógrafos de geografia física.

Em ciências humanas, são evidentemente os geógrafos de geografia humana que mais nos interessam. Surgem cedo em nosso século e definem a geografia como o estudo das *relações entre homem-meio*. Inspirado pelo positivismo, o pensamento geográfico é, inicialmente, marcado pelo determinismo; mas logo resiste à idéia de um determinismo da natureza, que impõe seus comportamentos aos seres humanos, e propõe, de preferência, a idéia de que estes organizam sua existência segundo as possibilidades por ela oferecidas. Falar-se-á então de “possibilismo”.

História antiga, história nova

Em história, publicam-se periodicamente coleções de obras que fazem o balanço do saber disponível em um determinado domínio, como, por exemplo, a *Cambridge modern history*. O historiador Carr, valendo-se dessa obra, assinala, através de duas passagens (a primeira, do início do século e, a segunda, do final dos anos 50), as mudanças de perspectiva que a história conheceu.

É uma oportunidade única de registrar, da maneira mais útil para o maior número, a abundância de conhecimentos que o século XIX está em vias de legar.[...]

Não podemos ter nesta geração a história definitiva, mas podemos dispor da história convencional e mostrar o ponto a que chegamos entre uma e outra, agora que todas as informações estão ao nosso alcance e que cada problema tem possibilidade de solução.

Historiadores de uma geração anterior não parecem desejar qualquer perspectiva deste tipo. Eles esperam que seu trabalho seja superado muitas e muitas vezes. Eles consideram que o conhecimento do passado veio através de uma ou mais mentes humanas e foi “processado” por elas e, portanto, não pode compor-se de átomos elementares e impessoais que nada podem alterar. A pesquisa parece ser interminável[...]

A essa teoria associa-se, muitas vezes, como em Vidal de la Blache, a idéia de uma abordagem regional da geografia: esta permitiria a melhor compreensão das múltiplas *inter-relações entre os seres humanos e seu habitat, bem como a explicação do jogo dessas inter-relações e de suas conseqüências em uma perspectiva global*. Tais idéias inspirarão os historiadores da época, idéias que se relacionam com as preocupações dos antropólogos na busca da compreensão de diferentes culturas. Sublinhamos que é na forma de uma geografia regional que a geografia científica é introduzida no Brasil, nos anos 30, com os trabalhos de campo dos franceses Pierre Mombeig e Pierre Fontaignes.

Em seguida, e particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, a geografia multiplicou seus centros de interesse. Aproximou-se das outras ciências humanas, em especial da história e da sociologia, interessando-se por revelar o espaço como uma produção social e explode em múltiplos campos de pesquisa, interessando-se pela vida econômica, cultural, migrações, diferentes fenômenos urbanos, saúde, política, formas de lazer, etc. Como para a história, nada do que é humano lhe parece estranho. Tornou-se, entre as ciências humanas, a ciência que estuda o processo de *organização espacial das sociedades*.

Além disso, abriu-se amplamente à pesquisa aplicada durante as últimas décadas. Os geógrafos agora põem sua ciência a serviço de planejamentos de todos os tipos: da implantação de uma biblioteca pública à reforma da rede de transporte; da organização de uma pequena cidade do Sahel à planificação de um mercado turístico; da previsão eleitoral à distribuição dos cuidados de saúde...

A ciência política

Desde que os seres humanos começaram a viver em comunidades estáveis, estabeleceram regras e criaram organismos para assegurar o bom funcionamento de suas comunidades. É o objeto da política, e essa logo torna-se um objeto de estudo. Mas um objeto de estudo que permaneceu, por muito tempo, o apanágio dos filósofos, mesmo se estes mais especulavam sobre a ordem política ideal do que estudavam os fatos políticos reais.

É com a erosão das monarquias e a criação dos Estados-nações, que se definem em função dos povos e lhes permitem participar da formação dos governos, que se desenvolve o interesse pelo estudo científico dos fatos políticos. As grandes revoluções, como a Revolução Francesa, em 1789, e, talvez, ainda mais, a Revolução Russa, em 1917, estimulam esse interesse, mostrando como uma forma de governo pode subitamente ser substituída por um governo muito diferente. No entanto, foram necessárias décadas para que a ciência política tenha se tornado o que é hoje.



"É claro que eu sei o que a divisão da União Soviética significa... 15 novos países na prova de geografia."

No princípio, a ciência política apresenta-se essencialmente como a ciência do Estado e do governo do Estado. Preocupa-se, então, sobretudo com a definição da natureza desse Estado, seus fundamentos jurídicos, suas capacidades legislativas, suas instituições...

Depois, no decorrer do século XX, a ciência política torna-se a *ciência do poder*. Poderes, dever-se-ia dizer, pois, além do poder do Estado, interessa-se pelos múltiplos poderes que coexistem e, por vezes, confrontam-se em uma mesma sociedade: os das classes sociais, dos sindicatos, dos grupos populares, dos movimentos de opinião, dos *lobbys*, das forças econômicas que provocam decisões políticas, etc. Interessa-se também pelas interações entre esses poderes e, é claro, deseja-se igualmente conhecer os indivíduos que aí chegam, como o obtêm e o exercem, bem como os instrumentos — instituições, legislações, informações — que servem para seu exercício. O poder pode, inclusive, ser visto sob o ângulo da privação; por exemplo, o movimento anarquista, que defende a abolição de todo poder, é um objeto de estudo possível em ciência política.

É, sobretudo, após a última grande guerra mundial que a ciência política desenvolveu-se, no Ocidente, sob a forma que hoje conhecemos. Estendeu-se a todos os aspectos da política, apelando, muitas vezes, a outras ciências humanas, especialmente à psicologia e à sociologia, a tal ponto que é possível vê-la partilhar alguns de seus objetos de estudo. Desse modo, existe uma sociologia e uma psicologia eleitorais que estudam o comportamento dos eleitores, domínio que se poderia acreditar reservado à ciência política. Evoquemos as principais matérias pelas quais hoje se interessa.

Primeiramente, os diversos comportamentos políticos e suas origens. Quais são, por exemplo, os fatores que levam à tomada de uma decisão? Quais são as crenças, as opiniões, as atitudes, os sentimentos que motivam os atores políticos? De tais preocupações particularmente encarnam-se na análise da opinião pública, das atitudes políticas e dos comportamentos eleitorais. Deve-se dizer que o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa e de análise estatística, assim como a chegada de potentes computadores, facilitam tais trabalhos, a ponto que os pesquisadores do comportamento dos atores políticos, pelo viés das pesquisas de opinião especialmente, são provavelmente hoje o lado mais conhecido da ciência política.

A ciência política consagra-se ainda ao estudo do poder e dos que o exercem, o suportam, desejam influenciá-lo ou a ele chegar. Essas pesquisas tratam dos dirigentes, partidos políticos, grupos de interesse e interesses que defendem, estratégias aplicadas e resultados obtidos.

A ciência política continua igualmente interessando-se pelos governos, na medida do possível, na perspectiva de *globalidade*, como é encontrada em história e geografia. A noção de governo não é mais reservada ao Estado, mas se estende a todas as instâncias de decisão cujas múltiplas inter-relações procura-se compreender. Pois a política é considerada um *sistema* em movimento, que se forma, evolui e se transforma, em razão das diversas forças que se encontram na sociedade e que, por fim, levam às decisões. O processo de tomada de decisão é, por outro lado, a

peça mestre dessa abordagem da vida política sob o ângulo de um sistema: quais são, deseja-se saber, as demandas que entram no sistema, o tratamento que recebem, os resultados — decisões e ações — que daí resultam?

No campo geral da ciência política, um setor adquiriu uma certa autonomia: o *das relações internacionais*. Inscrito na política, é o setor multidisciplinar por excelência, acrescentando a seus próprios recursos as perspectivas e teorias, bem como o instrumental conceitual e os instrumentos de análise das ciências humanas.

No início, setor de estudo e de pesquisa a serviço do Estado, que esperava, especialmente, uma definição de sua identidade e das regras referentes a suas relações com outros Estados, o setor das relações internacionais amplia, com rapidez, suas ambições ao conjunto das características da vida política internacional, em particular, após a Primeira Guerra Mundial. Essa permitiu evidenciar o esgotamento da ordem anterior, e a desordem, que se seguiu, mostrou a necessidade de se desenvolver conhecimentos pertinentes para a organização racional de uma nova ordem internacional, objetivando evitar novas guerras. A pesquisa em relações internacionais no entre-guerras encontra-se então tratada, ao mesmo tempo, por uma filosofia da paz e pelas mesmas preocupações de cientificidade que se desenvolvem, alhures, em ciência política. Essa conjunção faz especialmente com que a ciência política contribua para o desenvolvimento de grandes instituições internacionais (por exemplo, a Sociedade das Nações), organismos internacionais de justiça (por exemplo, a Corte de Justiça de Haya) e políticas, como a que consiste em comparar manuais escolares à escala internacional. Mas essas empresas revelaram-se insuficientes para fundar uma nova ordem mundial sem conflitos, como cruelmente mostrou o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.

Após a última guerra, as pesquisas em relações internacionais conheceram um novo impulso, menos na perspectiva idealista da paz mundial do que nesta, mais realista, que consiste em saber como o sistema internacional funciona e como se pode fazê-lo funcionar, se possível em paz e considerando interesses e poderes em questão. Essa tendência deu lugar a pesquisas sobre os mecanismos fundamentais do sistema político internacional, cujos frutos são as diversas teorias que foram propostas nas recentes décadas para explicá-lo — como a do equilíbrio das grandes potências — e para fazê-lo funcionar — como a da dissuasão durante a guerra fria. Os pesquisadores procuram, paralelamente, os múltiplos componentes do sistema global de relações internacionais: as relações entre os grupos étnicos e entre maiorias e minorias, a evolução da demografia mundial, as migrações, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a utilização dos recursos naturais, os meios de comunicação, as trocas culturais e outras, a formação da opinião pública, os tipos de representações dos outros grupos, as motivações e os comportamentos dos atores, os processos de tomada de decisão, etc., e, é claro, as inter-relações que existem entre esses diferentes objetos de pesquisa. Vê-se o quanto a pesquisa em relações internacionais deve ser multidisciplinar.

Economia e administração

A economia é a única ciência humana que obteve um Prêmio Nobel.

A *economia* é, talvez, a ciência humana mais visível em nossas sociedades. Provavelmente, não há governo, grande organização pública ou privada que não possua seu economista titular. A opinião dos economistas é constantemente solicitada; a mídia o testemunha dia a dia. A razão disso é que a preocupação com a vida econômica está, provavelmente, mais presente do que nunca.

Alguns gostam de definir a economia como a ciência que estuda a adequação entre recursos limitados e necessidades ilimitadas. Outros preferem defini-la como a ciência dos comportamentos humanos na produção e locação de bens e serviços. Mas, se nenhuma definição da ciência econômica parece ser unânime, resta que esta é provavelmente, entre as ciências humanas, a que surge mais cedo em sua versão moderna e a que melhor conserva, apesar de já ter sofrido grandes mudanças, os traços de seu nascimento.

Se a economia possui raízes mais antigas que outras disciplinas, é certamente porque sobreviver materialmente sempre foi a principal preocupação dos seres humanos. Daí a vontade de se dotar de princípios e regras que pudessem facilitar a organização da economia. Desse modo, para dar apenas um exemplo, o princípio do *mercantilismo* que, ao ser aplicado na Nova França, direcionou ao Brasil e a outras colônias seu desenvolvimento.

O mercantilismo supunha a exclusividade do comércio entre a colônia e a metrópole, esta oferecendo produtos manufaturados, e aquela, recursos naturais.

Mas é, em um filósofo escocês, Adam Smith, que se deve procurar as origens de nossa ciência econômica atual. Em um livro publicado em 1776, ele desenvolve a idéia de que a economia é regida por forças naturais, a "mão invisível" do mercado, e de que a riqueza depende da liberdade de mercado. Deve-se, portanto, tentar não interferir, exceto com o objetivo de preservar essa liberdade. Deixar os preços, por exemplo, fixarem-se naturalmente pelo simples jogo da oferta e da procura, bem como da concorrência. Vê-se aqui os fundamentos do capitalismo. Essa perspectiva foi nomeada *economia clássica* e persiste ainda hoje na corrente chamada neoclássica.

A teoria de Smith baseia-se em fatores econômicos individuais: produtores e consumidores encontram-se no mercado, onde os preços, tanto dos bens e serviços quanto do trabalho, são fixados. Quando se trata de abordar a economia sob esse ângulo, fala-se em *microeconomia*.

Uma outra abordagem e uma outra perspectiva surgiram durante a crise dos anos 30. Foram, por sua vez, também elaboradas por outro britânico, John Maynard Keynes. Este propõe abordar a economia sobre o plano global, examinar a produção, o emprego, o investimento e a poupança, assim como os movimentos de preços em seu conjunto. Fala-se então em *macroeconomia*. Keynes estima, por outro lado, que as leis ditas naturais do mercado não são suficientes para assegurar o bem-estar, o pleno emprego e o crescimento, e que o Estado deve intervir para regular a economia, especialmente através de suas políticas orçamentárias, fiscais e monetárias. As teorias de Keynes inspiraram a maior parte das políticas governamentais desde a última guerra mundial, entre as quais as do Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 40, com a presença do Estado intervindo como planejador da industrialização,

até a década de setenta, com o "milagre econômico". Nesse intervalo, as discussões da teoria econômica oscilaram entre liberais e intervencionistas, mas ambos atuaram na modernização das agências de política monetária e fiscal do país, criando as bases da experiência mais marcante de dirigismo econômico da história brasileira, que foi o governo Geisel.

Hoje, portanto, a maior parte dos economistas situa-se entre as perspectivas clássica (ou suas variantes) e keynesiana (ou derivações), entre as abordagens micro e macroeconômica. Como para as outras ciências humanas, seus campos de pesquisa multiplicaram-se, e viu-se surgir uma economia do crescimento ou do desenvolvimento (que ocupa um importante lugar) das economias regional, urbana, das finanças públicas, do trabalho, da saúde, da educação, da pobreza, das formas de lazer, etc.

Quanto ao seu método de pesquisa, os economistas são certamente os que, em ciências humanas, mais recorrem às ciências matemáticas e às ciências estatísticas. Pois, como não podem, em geral, testar diretamente suas hipóteses, procedem por modelização da situação real a ser estudada, ou seja, fazem com que entrem em jogo no modelo os fatores considerados mais importantes e afastam os demais; em seguida, calculam, com o auxílio de um elaborado aparelho matemático e estatístico, os efeitos que suas hipóteses teriam tido sobre os fatores envolvidos no modelo. E concluem em termos de efeitos prováveis ou de tendências, sabendo o quanto seus modelos e tratamentos estatísticos resultam de escolhas e de interpretações, como nas outras ciências humanas.

A *administração* pode parecer uma disciplina derivada da economia. Efetivamente o é em grande parte, mas suas preocupações a fazem apelar a várias outras ciências humanas. Poder-se-ia, então, considerá-la como uma ciência aplicada amplamente multidisciplinar.

O objeto de estudo e de pesquisa em administração concerne aos meios que um organismo e seus responsáveis empregam para atingir os objetivos por eles fixados. Isso implica pesquisas da parte do próprio

Economia positiva, economia normativa

Existe um pensamento econômico do qual não tratamos até aqui, mas que não pode ser ignorado, ainda mais porque a prática deste pensamento quase dividiu o mundo em dois durante décadas. Trata-se do marxismo e de seu célebre idealizador, Karl Marx.

O pensamento de Marx é profundamente economista. Para ele, as sociedades repousam sobre a economia, sobre os "modos de produção", particularmente. O resto — a ordem social e política, a cultura — daí resulta. "Coloque alguns graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo", escrevia ele, "e você terá uma tal forma de constituição social, tal organização da família, das ordens ou das classes, em uma palavra, tal sociedade civil. Coloque tal sociedade civil e você terá tal estado político que não passa da expressão oficial da sociedade civil".

Mas a visão econômica de Marx permanece inspirada na economia clássica, exceto no que concerne à sua doutrina sobre o valor do trabalho e o modo como os trabalhadores dele foram destituídos, bem como ao acréscimo de uma dimensão política necessária: se a economia dita uma ordem social injusta para os trabalhadores, deve-se modificá-la para corrigir a injustiça. É, portanto, uma economia normativa, no sentido de que não se contenta em dizer, no espírito do positivismo, como as coisas são e funcionam, mas acrescenta como deveriam ser.

Tem-se aqui uma outra distinção entre os economistas que se dividem, em diversos graus, entre *economia positiva* e *economia normativa*.

organismo — seus objetivos, seus meios — e da parte dos clientes — suas necessidades, capacidades, características — aos quais o organismo destina seus produtos ou serviços. Consta-se a multidisciplinaridade da administração quando esta é confrontada com problemas práticos. Apontemos alguns exemplos disso.

Se um administrador deseja aumentar a motivação de seus representantes, utilizará possivelmente saberes e técnicas de pesquisa inspiradas na psicologia. Um outro, que objetivasse o lançamento de um novo produto, provavelmente começaria por um estudo do mercado: a economia o ajudaria, então, a se informar sobre o estado do mercado, da concorrência...; a psicologia, a sociologia, a demografia o ajudariam a se informar sobre as expectativas e as necessidades dos eventuais consumidores, seu número, sua divisão... Caso se tratasse da abertura de um *fast food*, em um determinado bairro, é provável que a geografia assistisse a demografia para informá-la sobre a divisão espacial da população, sua circulação na área comercial visada... Se desejasse trocas com um país estrangeiro, a economia, a ciência política iriam lhe informar sobre as regras de comércio e as políticas em vigor nesse país e entre esse país e o seu; para conhecer e compreender seus interlocutores locais, a história, a sociologia e a antropologia entrariam em jogo... Vê-se o quanto diversas ciências humanas podem conjugar seus esforços em um contexto de pesquisa aplicada. Sem, no entanto, ignorar a pesquisa fundamental, como também se faz em administração, especialmente neste setor em desenvolvimento, às vezes nomeado ciência das organizações.

Sociologia, antropologia, ciências da religião

A sociologia e a antropologia foram, muitas vezes, consideradas disciplinas irmãs. Nascidas com a mesma perspectiva de estudar os seres humanos e suas experiências em grupo ou em sociedade, estabeleceram, durante muito tempo, sua distinção a partir do que, por várias décadas, pareceu separá-las: a antropologia estudando, preferentemente, as sociedades primitivas, tradicionais; a sociologia estudando sobretudo as sociedades modernas, desenvolvidas. Mas hoje se vê a antropologia interessar-se também por estas últimas, e reencontrar sua irmã.

A *sociologia*: seria bom acreditar que o que pensamos, dizemos, sentimos, vem do fundo de nós mesmos, depende do que somos pessoalmente. Na realidade, refletimos amplamente a sociedade na qual vivemos. Nossos comportamentos foram adquiridos, em sua maioria, na família, na escola, com nossos amigos, durante nossas atividades de lazer, de trabalho, etc., e através de nossas múltiplas relações com os outros na sociedade específica que é a nossa. Pois, se as sociedades adquirem as características dos seres humanos que as compõem, em contrapartida indicam às pessoas os comportamentos desejáveis; prevêm uma divisão dos diversos papéis, oferecem diferentes *status*, sugerem valores e normas... Fazem isso através de seus costumes, estruturas, instituições. Estudar a formação das sociedades, seu funcionamento e como influenciam os comportamentos humanos, eis o objeto da sociologia.

Isso testemunha, por exemplo, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Como se vê, é um vasto programa. Enquanto as outras ciências humanas definiram-se em função de uma ordem particular dos fenômenos sociais (a ciência política em relação aos fenômenos de poder, por exemplo), ou em função de uma perspectiva particular (a perspectiva temporal, em história), a sociologia interessa-se pelo conjunto dos fenômenos da vida social. Nessas condições, fica-lhe difícil demonstrar muita unidade. É o que se verifica nas múltiplas correntes que a atravessam.

Alguns sociólogos tentaram explicar o percurso pelo qual as sociedades se construíram. Inspirados pela teoria biológica da evolução, viram as sociedades desenvolverem-se por estágios sucessivos e pela seleção dos indivíduos mais bem adaptados: do estado selvagem à barbárie e da barbárie à civilização, por exemplo. Outros as viram desenvolver-se por uma sucessão de modos de produção, como na sociologia marxista.

Outros ainda vêem a sociedade como um sistema formado de elementos interdependentes que constantemente se ajustam conforme as necessidades de equilíbrio do sistema, os fatos sociais particulares explicando-se em relação à sua função no sistema social. Fala-se então em *funcionalismo*. Em um sistema social, cada um dos elementos — os seres humanos, as instituições, os costumes, etc. — pode ser considerado sob o ângulo de sua relação com os demais. Fala-se então em *estruturalismo*.

Outros também estimam que a sociedade é um processo de interação entre os indivíduos. A soma produzida pelo encontro dos comportamentos individuais e de suas inter-relações constituiria os fatos sociais. Por meio de um tal processo, alguns acreditam ver como os indivíduos constroem sua identidade: seria em função do que os outros deles esperam que os seres humanos construiriam sua identidade e definiriam seus comportamentos sociais.

Mas um bom número de sociólogos contenta-se com uma sociologia descritiva do modo como os fenômenos sociais particulares podem ser explicados ou modificados. Tal atitude expande-se na América do Norte (onde se fala, por vezes, em sociologia empírica, ou concreta). O sociólogo procura, então, como intervir em diversos aspectos particulares do social para aperfeiçoar uma situação prática. Desse modo, vêem-se sociólogos interessarem-se pelos modos de gestão das empresas públicas, pela cultura dos grupos de jovens, pelas famílias reconstituídas, pela integração das mulheres diplomadas no mercado de trabalho, pela rede das inter-relações nas escolas, pelos hábitos de consumo em meio rural, pela frequência dos serviços de saúde, em suma, por tudo que tece a ordem social.

Acrescentemos que, nesses trabalhos, o sociólogo, preocupado com a sociedade em seu conjunto e fazendo, ele próprio, parte dessa sociedade, deseja, muitas vezes, seu aperfeiçoamento e nisso vislumbra um motivo para envolver sua ciência, o que alimenta, entre os sociólogos, como entre os economistas, uma nomeada sociologia crítica.

A *antropologia* — do grego *anthropos*, homem, e *logos*, estudo: estudo do homem — poderia ser considerada como a ciência humana por excelência.

A antropologia divide-se em dois ramos principais: a antropologia cultural e a antropologia física. Esta última estuda os seres humanos sob

CULTURA Sistema de crenças, valores, costumes e comportamentos compartilhados pelos membros de uma comunidade.

o ângulo de sua constituição biológica, tanto os de hoje — mas cada vez menos — quanto os do passado (às vezes, um passado muito afastado; estuda-se, então, restos fósseis ou traços arqueológicos). Procura conhecer as particularidades físicas dos seres humanos e compreender a evolução da espécie humana.

Em ciências humanas, é a antropologia cultural que nos interessa. Esta, imagina-se, estuda as culturas.

Antropologia, etnologia

Nomear uma disciplina científica também é uma questão de cultura. E as culturas possuem suas particularidades. Desse modo, na Europa francófona, chama-se, com frequência, etnologia o que, na América do Norte, é, em geral, nomeado antropologia cultural. Na Grã-Bretanha, a antropologia cultural chama-se antropologia social.

Mas um vocabulário comum tende a se fixar: etnografia para observar e descrever as culturas de comunidades particulares, a etnologia para comparar os dados assim recolhidos e a antropologia para interpretar e fazer generalizações a partir desses dados.

Deve-se recordar essas variantes do vocabulário quando se lê nesse domínio das ciências humanas.

O desenvolvimento da antropologia assemelha-se, em linhas gerais, ao da sociologia. Seu nascimento, em uma forma moderna, na segunda metade do século XIX, também sofreu a influência da teoria da evolução. O homem ocidental desejou conhecer os estágios de desenvolvimento da espécie humana e começou a examinar culturas menos complexas que a sua. O grande movimento de expansão mundial e de colonização, que então animava o Ocidente, abria-lhe imensos territórios povoados por pequenas comunidades, ao mesmo tempo, simples e muito diferentes das suas. Contava-se com essa diferença, com essa distância cultural para facilitar as comparações; o antropólogo não é o astrônomo das ciências humanas?

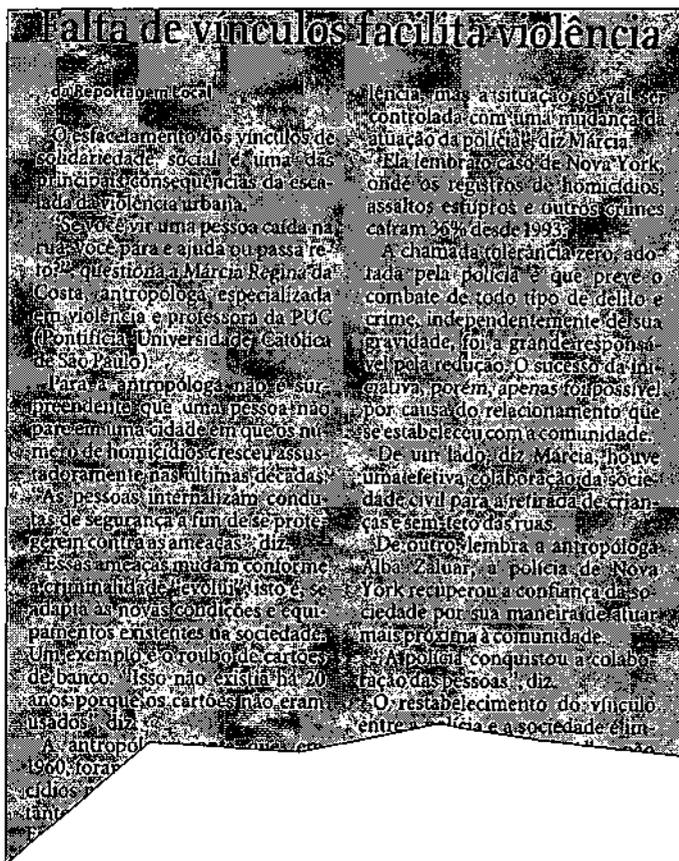
Para fazer suas pesquisas, o antropólogo ia a campo, instalava-se com os povos a serem estudados e vivia sua vida; observava-os o mais discretamente possível e anotava em um diário suas observações. Ir, assim, a campo permanece um procedimento chave da antropologia, e esse modo de recolher informações, por vezes nomeado procedimento antropológico (ou etnológico), é agora utilizado por outras ciências humanas. Voltaremos a falar disso.

Faz pouco, os antropólogos pararam de avaliar as culturas como desiguais em uma escala de desenvolvimento. Estimam que simplesmente são diferentes por existirem em condições e com fins diferentes. O que interessa aos pesquisadores em antropologia é que as culturas formam sistemas cujos elementos interagem objetivando assegurar suas funções essenciais. Tem-se, portanto, as perspectivas funcionalista e estruturalista, encontradas anteriormente na sociologia. Acrescenta-se aí a idéia de *relativismo*: as culturas não são nem boas nem más; simplesmente existem e asseguram suas funções relativamente a condições e necessidades específicas.

Mais recentemente, o progressivo desaparecimento das pequenas comunidades isoladas e o crescimento das migrações e dos contatos culturais levaram a se considerar as culturas preferentemente como sistemas que evoluem em função de tensões e de conflitos do que como sistemas que tendem à estabilidade. Além disso, a descolonização e a multiplicação das relações Norte-Sul conduzem, ainda mais, ao estudo de seu processo de adaptação e das conseqüências que daí resultam no plano das relações interculturais.

O que mais aproxima a antropologia da sociologia é o fato de os antropólogos agora fazerem, em campo, suas pesquisas das sociedades modernas e industrializadas. São, com freqüência, pesquisas aplicadas, nas quais se pode ver, por exemplo, um pesquisador instalar-se em uma fábrica para observar as formas de trabalho, visando a propor mudanças, e um outro mergulhar em uma comunidade cultural minoritária, em meio urbano, para conceber modalidades de integração mais flexíveis.

As *ciências da religião* são menos um campo disciplinar do que a aplicação do saber proveniente de várias ciências humanas, especialmente da antropologia e da sociologia, a um campo particular do social e do humano: a religião.



Os especialistas das ciências humanas interessaram-se, desde muito cedo, pela religião, pois é um importante fenômeno da vida individual e coletiva dos indivíduos e de sua cultura. Já no início de nosso século, Émile Durkheim, um dos pais da sociologia, desejava, em *As formas elementares da vida religiosa*, conhecer, pelo "método sociológico", a origem e a natureza da religião; um outro, Max Weber, procurava, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, distinguir a influência da religião nos comportamentos sociais e econômicos.

Hoje, as ciências da religião multiplicaram seus objetos de pesquisa. Estas versam sobre questões como os mitos em uma sociedade primitiva ou moderna, as seitas e o ocultismo em geral, as manifestações religiosas populares, as diversas representações da vida e da morte, o desenvolvimento do sentimento religioso nas crianças, as formas institucionalizadas das religiões em relação com os poderes, etc.

Psicologia

Pode-se acabar com o medo do escuro? Qual é a composição ideal de um júri? O divórcio dos pais destrói a confiança no casamento? Como levar uma criança a dominar o conceito de tempo? É mais eficaz uma sinaleira redonda ou quadrada? A prática regular de um esporte violento reduz a agressividade? O que sugere o treinamento de golfinhos sobre a aprendizagem humana? Como escolher o melhor entre vinte candidatos a um cargo de trabalho? O abuso do álcool está ligado a uma imagem negativa de si mesmo? Essas poucas perguntas que se fazem os psicólogos ilustram bem a diversidade de seus interesses.

O ponto comum entre esses interesses é que todos tratam de fatos mentais — comportamentos ou condutas, como alguns preferem dizer, uma vez que é através delas que os fatos mentais manifestam-se. Mas a psicologia, interessando-se pelos fatos mentais ou pelo comportamento dos seres humanos enquanto indivíduos, é a menos social das ciências humanas. No entanto, reencontra, por vezes, os seres humanos, em sua vida coletiva, pelo viés da psicologia social; falaremos sobre isso mais adiante.

Em seu nascimento, a psicologia foi influenciada pelos trabalhos, então inovadores, sobre a psicologia do sistema nervoso dos animais. Terá, por muito tempo, um interesse pelas experiências em laboratório sobre animais e pelo procedimento experimental em geral. Também interessou-se pela teoria da evolução e seus princípios de seleção natural, daí uma preocupação durável em classificar os seres humanos segundo suas capacidades, começando pelas intelectuais, e isso principalmente com o auxílio de testes de inteligência, entre outros. Assim Galton, do qual tratamos anteriormente (página 60), é conhecido por ter desenvolvido os primeiros testes destinados a demonstrar que as superioridades e as inferioridades dos seres humanos têm origem natural, hereditária.

Uma outra corrente influente da psicologia desenvolveu-se igualmente cedo, a partir de experimentações com animais. Estas tratavam do condicionamento dos reflexos: ao sinal de que algo vai acontecer, o sistema nervoso entra em ação. Psicólogos daí inferem a teoria de que

O inato e o adquirido, a natureza e a cultura

O fato de a inteligência ser hereditária ou adquirida pela formação alimentou, por muito tempo, calorosos debates entre os psicólogos, e hoje ainda discute-se sobre isso. O ponto central do debate é o seguinte: se a inteligência é adquirida, as sociedades podem prever as intervenções e as instituições, especialmente a escola, que permitem desenvolvê-la em seus membros; mas, se é hereditária, por que investir por nada?

Resta que hoje, caso se reconheça, em geral, que a inteligência (como outras aptidões) pode depender de certos fatores inatos, considera-se também que as capacidades intelectuais desenvolvem-se, e que o interesse da sociedade e de seus membros é o de organizar o ambiente para permitir melhor desenvolvê-las. Uma sociedade como a nossa deveria preocupar-se, portanto, em oferecer a todos e a cada um a melhor escola possível.

os comportamentos — dos seres humanos, bem como dos animais — são essencialmente reflexos condicionados, respostas a estímulos do ambiente. Fala-se então em psicologia comportamental ou *behaviorista*.

A teoria behaviorista é rapidamente empregada para reger um grande número de atividades humanas, principalmente as atividades de aprendizagem. Um dos pais do behaviorismo, o americano John B. Watson, é, aliás, conhecido por ter declarado: “Dê-me um bebê [e] dele farei um ladrão, um bandido ou um drogado. As possibilidades de modelar, em qualquer direção, são quase infinitas. [...] Os homens não nascem mas são construídos”. Desse modo, Watson e os behavioristas estimam que os seres humanos são mais o fruto de seu meio, de seu ambiente, do que da hereditariedade. Organizar a aprendizagem é organizar o ambiente,



“Inútil procurar saber se a causa é o meio ou a hereditariedade. De qualquer modo, o erro é seu.”

ou seja, introduzir os *estímulos* que conduzem às *respostas* desejadas. Essa teoria, que conheceu numerosas elaborações, permanece muito viva e seus traços podem ser vistos nos meios de formação, inclusive nos programas escolares descritos em termos de objetivos de comportamentos ou de desempenhos esperados.

O que acontece na mente humana tem pouco interesse para os behavioristas: se alguém sente calor (estímulo), bebe algo (resposta). Isso é tudo! Outros psicólogos pensam que se alguém sente calor, desenvolve uma sensação de sede, um estado mental que o incita a beber. São esses estados mentais que interessam a estes psicólogos, por vezes, chamados cognitivistas.

Para eles, não se trata de modificar os comportamentos humanos, mas de compreender como o mental é constituído e de que maneira funciona. Vêm na mente algo dinâmico que se constrói na relação com diversos fatores, inclusive o ambiente. Têm particularmente curiosidade em saber como a mente recebe as informações, trata-as, é capaz de delas se servir e, a partir delas, criar outras. Sob esse ângulo, possuem igualmente uma importante influência nos sistemas de formação. Pode-se, por outro lado, pensar que a disciplina metodologia da ciência em ciências humanas, que objetiva levar os alunos a praticarem suas aquisições teóricas sobre métodos de pesquisa, também sofreu a influência da psicologia cognitiva, pois, na construção dos saberes, há o apelo às capacidades mentais.

Se a psicologia é preferencialmente uma ciência do humano tomado como indivíduo, sabe estabelecer a ligação com o ser humano coletivo através da *psicologia social*. Esse ramo do saber em ciências humanas proveniente, ao mesmo tempo, da psicologia e da sociologia hoje usufrui de uma evidente independência. A psicologia social tem por objeto os comportamentos dos indivíduos no que são influenciados por outros indivíduos ou pela sociedade em geral. Interessa-se por todas as formas de interação social. Suas pesquisas apresentam uma grande variedade de objetos, por exemplo, os modos de formação dos grupos e seu funcionamento; a distribuição dos papéis e dos *status* sociais; a natureza da autoridade e seu exercício; os processos de tomada de decisão em grupo; os modos de trocar a informação e seu uso; as relações interculturais; o papel e a natureza dos preconceitos culturais e sociais; a educação das crianças e os processos de transmissão cultural; a influência dos outros na formação da personalidade individual; os princípios e as práticas da propaganda; os mecanismos da delinquência e do crime; etc.